



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
ESTADO DE SÃO PAULO

11.11
11

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA ao

PROJETO DE LEI Nº 053/07

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei, que autoriza o Município de Votorantim a conceder o uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal e dá outras providências.

Analisando as disposições constitucionais e regimentais, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos acima mencionados.

Este é o nosso Parecer, s.m.j.

Votorantim, 17 de dezembro de 2007.


Lázaro Alberto de Almeida
Relator

A Comissão de **JUSTIÇA**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

MEMBROS


Pedro Nunes Filho


Tomaz Mobile Neto



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

16.12
9

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO ao

PROJETO DE LEI Nº 053/07

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei, que autoriza o Município de Votorantim a conceder o uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal e dá outras providências.

De acordo com as normas regimentais e orçamentárias em vigor, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos orçamentários e financeiros.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 17 de dezembro de 2007.


Pedro Nunes Filho
Relator

A Comissão de **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

MEMBROS


Márcio Aparecido de Queiróz


Tomaz Mobile Neto



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 13
CP

PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E MEIO AMBIENTE ao


PROJETO DE LEI Nº 053/07

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei, que autoriza o Município de Votorantim a conceder o uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal e dá outras providências.

Analizando detidamente, nada se encontrou que contrarie a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 17 de dezembro de 2007.


Marcelo de Souza
Relator

A Comissão de **POLÍTICA URBANA E MEIO AMBIENTE**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

MEMBROS


Fernando de Oliveira Souza


Lázaro Alberto de Almeida



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

113.14
Q

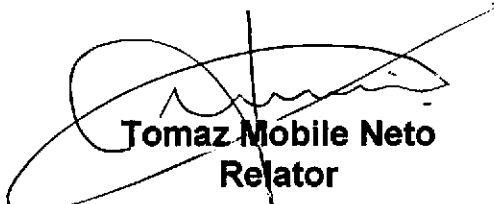
PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO ao

PROJETO DE LEI Nº 053/07

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei, que autoriza o Município de Votorantim a conceder o uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal e dá outras providências.

O texto apresentado está correto, bem como sua redação.

Votorantim, 17 de dezembro de 2.007.



Tomaz Mobile Neto
Relator

MEMBROS



Márcio Aparecido de Queiróz

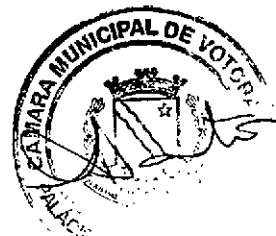


Lázaro Alberto de Almeida



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO



Autógrafo nº 048/07

Projeto de Lei nº 053/07

Autoriza o Município de Votorantim a conceder o uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal e dá outras providências.

Lei nº.....de.....de.....de 2.007.

JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º - Fica autorizado o Município de Votorantim, através do Poder Executivo, a conceder o uso especial para fins de moradia de imóveis públicos municipais situados em zona urbana, àquele que atualmente o possua como seu e que até 31 de dezembro de 2004 já o possuía, por cinco anos ou mais, ininterruptamente, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1.º Não poderá, para um mesmo beneficiário, ser objeto da concessão de que trata este artigo, área pública ou porção de área pública com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados.

§ 2.º A concessão de uso que trata o *caput* deste artigo, quando tiver por objeto habitação utilizada por casal, poderá ser conferida a qualquer dos membros da relação, ou a ambos, independentemente do estado civil, considerando-se o casal, neste caso, como um único beneficiário.

§ 3.º A concessão de que trata este artigo não será conferida ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 4.º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão e que não seja



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
ESTADO DE SÃO PAULO



proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 5.º A transmissão por *causa mortis* que no prazo de seis meses da data do óbito não for comunicada ao Município, ensejará a rescisão unilateral da concessão de direito de uso outorgada, com a imediata imissão na posse pela Municipalidade.

§ 6.º O possuidor pode, para o fim de contagem do prazo exigido por este artigo, acrescentar à sua posse a de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas e sem oposição.

Art. 2.º - Nos imóveis de que trata o art. 1º, ocupados por um ou mais ocupantes para fins de moradia, e que até 31 de dezembro de 2004 já eram ocupados, por cinco anos ou mais, ininterruptamente, onde não for possível individualizar as porções de área ocupadas por cada possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia poderá ser conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários, possuidores ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1.º Não poderá, para um mesmo beneficiário, ser objeto da concessão de que trata este artigo, porção de área pública com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados.

§ 2.º A concessão de uso que trata o *caput* deste artigo, quando tiver por objeto habitação utilizada por casal, poderá ser conferida a qualquer dos membros da relação, ou a ambos, independentemente do estado civil, considerando-se o casal, neste caso, como um único beneficiário.

§ 3.º A concessão de que trata este artigo não será conferida ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 4.º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.